

Por meio da Agepan, Estado moderniza normas para a prestação dos serviços de saneamento

Mato Grosso do Sul tem novos regulamentos sobre a prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário pelos prestadores de serviços regulados pela Agepan. Depois de intenso trabalho da Agência, por meio da Diretoria de Normatização e Fiscalização – Saneamento Básico, em setembro foram publicadas cinco novas portarias, elaboradas dentro projeto *Regulasan*.

No dia 18 foi publicada pelo Governo do Estado a revogação do antigo decreto, de 1992, que regulamentava os serviços prestados pela Sanesul e, em substituição, foram publicadas, no dia 19, as portarias que trazem a nova regulamentação. A mudança é uma atualização das normas, decorrente do atual cenário na prestação desse

tipo de serviço, que inclui a atuação de um órgão regulador – a Agepan, criada em 2001 – e outras novas determinações da Lei Geral do Saneamento Básico (Lei federal nº 11.445/2007).

As novas portarias que irão substituir os Decreto nº 6.689/92 e nº 8.830/97 (que trazia acréscimos ao primeiro) foram editadas depois de extenso trabalho pela Agepan, construídas com o suporte do Programa *Regulasan*, de assistência técnica, elaboração de estudos e capacitação técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. É um Programa ligado ao Ministério das Cidades, com financiamento do Banco Mundial, e que contou com consultoria internacional.

Os novos instrumentos legais atualizam normas que constavam nos decretos e introduzem novidades como um modelo fiscalizatório e as regras de atendimento ao usuário. As portarias Agepan de números 147, 148, 149, 150 e 151 tratam dos seguintes temas: Condições Gerais da prestação do serviço; Fiscalização; Penalidades; Contrato de Adesão e Grandes Usuários. ■

Agepan colabora em projeto da Prefeitura para revitalização do centro de Campo Grande

A Agepan vai colaborar nas ações da Prefeitura de Campo Grande para a realização do projeto *Reviva Centro*. A pedido do prefeito Marquinhos Trad, o diretor-presidente, Youssif Domingos, inseriu a Agência nas articulações para andamento da etapa do projeto que envolve a implantação de rede subterrânea de energia na Rua 14 de Julho e melhoria da rede aérea nas demais ruas que integram o quadrilátero central.

Conforme o projeto de revitalização, na principal rua do centro, a rede composta de postes e fiação que sustentam a distribuição de energia e que também são utilizados por outras prestadoras de serviço, como telefonia e internet, vai ser substituída por instalações subterrâneas.

O assunto foi tema de uma primeira reunião na sede da Agência no dia 6 de setembro. Um grupo de trabalho foi formado pelo diretor de Gás e Energia da Agepan, Valter Almeida da Silva, o diretor Técnico e Comercial da Energisa MS, Paulo Roberto dos Santos, e a diretora-executiva de Projetos Estratégicos do Município, Catiana Sabadin Zamarrenho. “Os projetos técnicos já foram elaborados pelo Município, submetidos à concessionária e estão em fase de ajustes para aprovação definitiva. Nós estamos nos inserindo no trabalho a partir desse momento, de forma colaborativa. A equipe que formamos vai atuar de forma articulada para dirimir eventuais percalços e dar agilidade ao andamento do projeto”, explicou Valter Silva. ■



Imagem mostra como ficará a Rua 14 de Julho após a revitalização.

Transparência Pública

Você sabia que a Constituição Federal de 1988 já previa a transparência pública e o direito de qualquer cidadão receber informações de seu interesse particular, coletivo ou geral, dos órgãos públicos?

A CF em seu artigo 5º - Inciso XXXIII já traz essa previsão, porém não havia lei ordinária específica sobre a matéria. Desde 2011, regulamentada em 2012, encontra-se em vigor a Lei federal de Acesso à Informação (LAI), que tem por objetivo assegurar o direito fundamental de acesso à informação por parte do cidadão em geral, pessoa natural ou jurídica.

Estão subordinados ao regime dessa lei todos os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e o Ministério Público. Também as autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, DF, Municípios, e entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público estão subordinadas ao cumprimento da LAI.

Como deve estar estruturada a transparência das informações públicas?

“O direito de acesso à informação se presta a munir o cidadão de informações detidas pelo Estado, para que seja possível, entre outras coisas, realizar o chamado controle social, o que pode ocorrer de duas maneiras: por meio da *Transparência Ativa* ou da *Transparência Passiva*. A informação produzida e custodiada pelo setor público deve estar disponível à sociedade, ressalvadas as exceções previstas em lei (sigilos legais diversos, informação pessoal, segredo industrial, segredo de justiça, etc.).

O que são transparência ativa e passiva?

A ***Transparência Ativa*** é entendida como aquela em que há disponibilização da informação de maneira espon-

tânea (proativa). É o que ocorre, por exemplo, com a divulgação de informações na Internet, de modo que qualquer cidadão possa acessá-las diretamente. “O comportamento de divulgar dados a partir de uma iniciativa da própria administração pública não apenas implica a redução do número de pedidos de acesso, mas sugere a perspectiva de que cabe ao governo somente a posse de tais documentos, sendo o povo o titular do direito de propriedade da informação pública.” (CGU)

A ***Transparência Passiva***, por outro lado, depende de uma solicitação do cidadão, que pode fazê-lo por meio dos pedidos de acesso à informação que, geralmente, se concentram no sistema **e-SIC**. Assim, o órgão ou entidade solicitado deve se mobilizar no sentido de oferecer uma resposta à demanda.

E o que Mato Grosso do Sul está fazendo a respeito?

Seguindo essas determinações legais, o Governo de Mato Grosso do Sul publicou sua Lei de Acesso à Informação em 2013, que foi regulamentada em maio de 2016. A partir daí, e de acordo com a LAI - Lei de Acesso à Informação (federal), o Estado criou o SIC - Sistema de Informação ao Cidadão. Esse sistema atende, tanto a pedidos de informação via eletrônica - **e-SIC** localizado no Portal da Transparência, quanto presencialmente, no SIC do Poder Executivo Estadual.

A Controladoria Geral do Estado tem a competência da coordenação das atividades de acesso à informação, que são executadas por meio da Ouvidoria Geral do Estado.

E como funciona o SIC para as demais instituições da administração indireta do Poder Executivo?

A partir do Decreto que regulamentou o acesso à informação em MS, as instituições e órgãos do Estado tiveram o prazo de 15 dias para indicar dois servidores vinculados aos mesmos – um titular e um suplente, para desempenhar as funções de receber solicitações feitas pelo SIC; orientar, fornecer informações, informar sobre a tramitação de documentos na unidade; acompanhar prazos para atendimento das informações solicitadas e coordenar a respectiva unidade no cumprimento das disposições da LAI e do Decreto Estadual. São os ***Gestores do SIC Setorial***.



Diretor Presidente
Youssif Domingos

Diretor de Regulação e Fiscalização
Transportes, Rodovias e Portos
Ayrton Rodrigues

Diretora de Administração
e Planejamento
Sandra Regina Fabril

Diretor de Regulação e Fiscalização
Gás Canalizado, Energia e Aquário
Valter Almeida da Silva

Diretora de Regulação e Fiscalização
Saneamento Básico
Marilúcia Pereira Sandim

Diz Agepan

Ações mensais, desenvolvidas por intermédio da Presidência, Diretorias, Ouvidoria, Gerências, Assessorias, Câmaras Técnicas, e demais colaboradores.

Colaboradores • ARI **Silvia Hafez/Carlos Duailibe** • ACOM **Gizele Oliveira** • CATESA **Aurélino C. Neto** • CATENE **Paulo Patrício** • CATEGÁS **Edson Delgado** • CATRANS **Silvia Fernandes** • GEAF **Daniel Martinez Saldanha** • GRE Iara **Marchioretto/Zaida Godoy** • Núcleo TI **Aline Rigues** • OUVIDORIA **Anahi Bigarella** • PJUR **Caroline Tomanquevez**

Coordenação Editorial **Gizele Oliveira e Carlos Duailibe** Projeto Gráfico **Carlos Duailibe**

Esses servidores indicados são designados por ato do Governador do Estado para o exercício das funções acima especificadas.

A LAI define, ainda, quais são as *condutas ilícitas* que ensejam responsabilidade do agente público no que se refere ao acesso à informação, e *estabelece sanções* aplicáveis aos servidores responsáveis pelo assunto em cada unidade, e àqueles que prestam as informações solicitadas.

Quem são os Gestores do SIC Setorial na Agepan?

Os servidores da Agepan designados por ato do Governador do Estado desde a implantação do e-SIC em meados de 2016 são: **titular: Silvia Hafez e suplente: Tatiana de Souza.**

Quer conhecer um pouco mais sobre a LAI?

As informações dadas nesta matéria são bem condensadas. Para quem tiver interesse em se aprofundar no assunto, passamos o nº das leis e decretos respectivos.

- Lei Federal nº 12527/2011 - Decreto nº 7724/2012;
- Lei Estadual nº 4416/20132 - Decreto nº 14471/2016.

Curso sobre a Lei de Acesso à Informação

Nos dias 12, 13 e 14 de setembro, a titular do SIC Setorial da Agepan – Silvia Hafez, participou de curso ministrado pela Controladoria Geral da União (CGU), realizado na sede do CREA MS em Campo Grande.

O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, a quem a CGU é subordinada, é o órgão responsável pelo monitoramento da aplicação da LAI no âmbito da administração pública federal, pelo treinamento de agentes públicos no desenvolvimento de boas práticas de transparência, pelo fomento à cultura de transparência e a conscientização do direito fundamental de acesso à informação.

Participaram do evento servidores responsáveis pelo e-SCI Setorial de todos os órgãos do Estado e vários de órgãos municipais.

Apresentação da LAI na Agepan

Após a participação no curso ministrado pela CGU, preparamos uma apresentação direcionada aos diretores e coordenadores das diversas áreas da Agência Reguladora, objetivando replicar as informações recebidas, e conscientizar os servidores a respeito das responsabilidades e implicações envolvidas no cumprimento do dever das instituições públicas de prestar informações aos cidadãos



em geral quando solicitado, além das informações disponibilizadas na Internet por meio dos respectivos sites.

Essa apresentação aconteceu no dia 25 de setembro na sala de treinamentos da Agepan e contou com a presença de dois diretores e vários responsáveis de áreas na Agência. ■

Diz Ouvidoria

No mês, a Ouvidoria realizou 33 atendimentos de transporte, sendo que apenas 17 foram convertidos em reclamações, e os demais solucionados no momento. Também foram realizados 02 atendimento de energia elétrica e 226 atendimentos de saneamento básico, gerando apenas um processo e um registro de reclamação.

Outras atividades

Dia 3 - Participação no curso para a avaliação do PGDI, disponibilizado pela Escola de Governo do Estado do Mato Grosso do Sul;

Dia 04 - Reunião realizada com a equipe da Diretoria de Regulação e Fiscalização de Energia e Gás Canalizado;

Dia 15 - Reunião realizada na CGE - Controladoria Geral do Estado, para falar sobre o sistema de gestão de ouvidoria do Estado, E-OUV.

Dia 17 - Reunião realizada com os gerentes de todas as áreas da Agepan para tratar sobre o E-SIC. ■

A Agepan está no facebook



Envie sugestões de post!
Mande sugestões para a Assessoria de Comunicação:
goliveira@agepan.ms.gov.br

**Curta! Compartilhe!
Convide seus amigos.**

<https://www.facebook.com/Agepan/>

Gestão por Competência

Agência avança na etapa de acompanhamento do PGDI

Em setembro, a Agepan concluiu a etapa de acompanhamento do Plano de Gestão de Desempenho Individual - PGDI de todo o seu quadro funcional. O andamento da atividade levou a Agência a cumprir com êxito essa fase do Programa Gestão por Competência, que se encerrou no dia 15.

Na etapa anterior, de elaboração e validação dos PGDIs, a Agepan já havia se destacado, quando atingiu em prazo antecipado a meta de 100%.

Em reunião no dia 12, com a participação de representantes da Secretaria de Administração (SAD) que coordenam o Programa, dirigentes e líderes (gerentes, assessores, coordenadores de área) receberam instruções complementares sobre como fazer o acompanhamento.

A atividade consistiu em encontros reservados de

avaliação individual entre as chefias de setor e seus liderados sobre as entregas de produtos acordadas no PGDI, eventuais dificuldades, ajustes e adequações, e a inserção dessas informações no formulário eletrônico do programa.

As orientações da SAD consolidaram o trabalho que vinha sendo finalizado pela equipe interna do PGDI na Agência, que em agosto promoveu a capacitação e instruiu os líderes sobre o procedimento. “É uma etapa de assistência, orientação, ajuda, apoio, auxílio e supervisão. É um momento de feedback”, explicou a representante da SAD Nayara Nascimento, que com a técnica Natália Martins esclareceu dúvidas sobre a efetivação do acompanhamento.

Para os diretores Valter Silva e Marilúcia Sandim, representantes da Diretoria Colegiada na reunião, e a coordenadora interna do Programa, Luciana Ramalho Gomes, o sucesso dessa fase é essencial para a Agepan, que desde o início está empenhada na consolidação da Gestão por Competência. ■

Olha que ótima notícia!

A nossa Biblioteca está organizada e pronta para servir a todos os colaboradores

Para se tornar um usuário é muito simples. Na Intranet foi criada uma página específica da Biblioteca. Basta acessar no link a lista do acervo técnico, escolher um ou mais títulos, e enviar seu pedido para a coordenação, a cargo da analista de regulação Luciana Ramalho Gomes, no e-mail lgomes@agepan.ms.gov.br.

Se preferir, a solicitação pode ser feita diretamente na sala: a biblioteca está instalada junto à sala da ARI. Se a obra estiver disponível é entregue na hora. Caso contrário, é feita a reserva.

É importante saber

- **Condições de empréstimo.** Para utilizar o serviço de empréstimo é necessário ser servidor da Agepan. O material disposto para empréstimo atualmente são livros.

- **Prazos e quantidades.** Número máximo de livros para empréstimo: 4 títulos. Prazo de empréstimo para cada título: até 15 dias.

- **Renovações.** Os empréstimos podem ser renovados até duas vezes pelo mesmo período, se não houver reservas prévias. A renovação pode ser realizada na biblioteca

ou diretamente na intranet no link: Biblioteca Agepan. Não se renovarão empréstimos de livros reservados, empréstimos expirados e aqueles que, por razões de demanda, estabeleça a biblioteca.

- **Reservas.** Serão admitidas reservas de livros que se encontrem emprestadas por outros usuários. O número máximo de reservas é de três livros.

- **Fique atento.** Para que a Biblioteca seja um serviço que atenda a todos, é preciso seguir o regulamento. Como em qualquer sistema de bibliotecas, há penalizações para o descumprimento.

Acesse o link da Biblioteca na Intranet e fique por dentro.

Boa leitura!



Comparativo: Receita Realizada x Despesa Liquidada - Jan/2017 a Set/2017

Fonte de Recurso	Mês	Arrecadado 2017	% Variação Arrec. 2017	Liquidado 2017	% Liq. 2017
240	jan	782.558,48	10,80	1.268.979,48	18,79
240	fev	656.812,58	9,07	668.993,55	9,90
240	mar	726.061,19	10,02	792.413,52	11,73
240	abr	637.988,43	8,81	595.749,61	8,82
240	mai	676.210,68	9,33	730.919,24	10,82
240	jun	629.714,49	8,69	552.467,37	8,18
240	jul	1.654.492,08	22,84	710.015,20	10,51
240	ago	754.069,28	10,41	720.472,32	10,67
240	set	727.221,39	10,04	715.035,22	10,59
240	Total	7.245.128,60		6.755.045,51	
281	jan	249.934,28	32,81	1.311,00	0,32
281	fev	310.225,66	40,72	8.885,31	2,15
281	mar	24.129,86	3,17	9.908,87	2,40
281	abr	4.414,88	0,58	167.323,14	40,50
281	mai	4.102,29	0,54	8.476,82	2,05
281	jun	89.474,68	11,74	184.085,40	44,56
281	jul	2.854,39	0,37	16.775,19	4,06
281	ago	2.688,57	0,35	4.893,10	1,18
281	set	74.025,08	9,72	11.462,88	2,77
281	Total	761.849,69		413.121,71	
Total		8.006.978,29		7.168.167,22	

Receita Realizada Por Ítem de Receita - Jan/2017 a Set/2017

Item Receita	Item Receita Descrição	Receita Arrecadada
11213000	TAXA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO TRANSPORTE	829.675,23
11222100	TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	54.684,15
13250000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	33.765,71
16000399	OUTROS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	115.740,60
16001305	SERVIÇOS DE VISTORIA DE VEÍCULOS	286.491,70
16001307	SERVIÇOS FOTOCÓPIAS E/OU CÓPIAS HELIOGRÁFICAS	0,00
16001409	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO GÁS	1.350.179,24
16001410	INSPEÇÃO FISCALIZAÇÃO TRANSP. INTERMUNICIPAL	2.004.712,63
16001413	INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE SANEAMENTO BÁSICO	2.360.549,68
17619907	TRANSF. CONV. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	728.117,99
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	5.018,13
19192800	MULTAS DECOR OPER TRANSP RODOV PASSAG E CARGA	238.043,23
Total		8.006.978,29

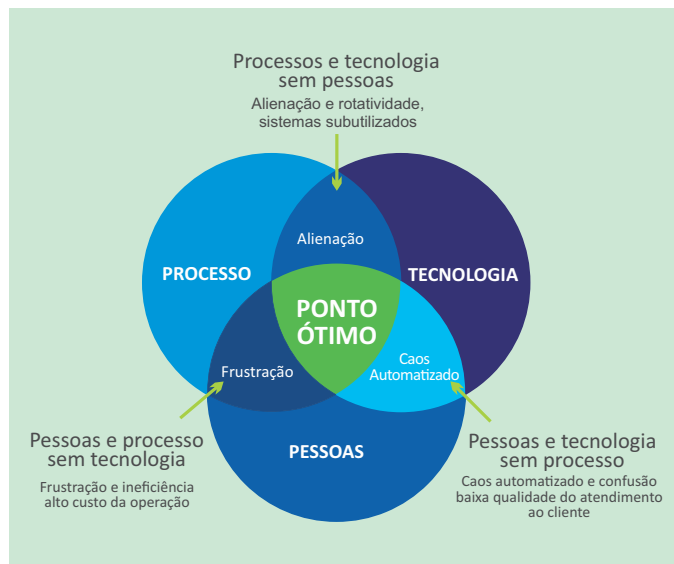
Despesas Liquidadas por Natureza Jan/2017 a Set/2017

DESPESA	Liquidação	DESPESA	Liquidação
CUSTEIO	1.191.212,40	FOMENTO - MENOR APRENDIZ	14.516,17
DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO	58.807,19	INVESTIMENTO	7.147,02
ENCARGOS PATRONAIS	924.821,69		
FOLHA DE PAGAMENTO	4.971.662,75	Total Geral	7.168.167,22

1. Atividades de análise e desenvolvimento de sistemas

Escritório de Projetos

Acesse <http://ti.agepan.ms.gov.br> para acompanhar, em tempo real, a produtividade do setor de TI e a situação das demandas.



Missão do Escritório de Projetos - Fonte: <http://www.euax.com.br/o-que-e-escriptorio-de-projetos/escriptorio-de-projetos/>

Institucionalmente, o núcleo de TI, através de seu Escritório de Projetos, deu continuidade ao programa e-Agepan, que consiste na execução de projetos de Análise e Melhorias dos Processos Organizacionais e no desenvolvimento de Sistemas Setoriais alinhados aos Novos Processos Organizacionais.

Dentro do programa e-Agepan, o Escritório de Projetos priorizou seus esforços no desenvolvimento do Sistema Integrado de Ouvidoria avançando, então, para a reta final do projeto e-Ouvidoria, que prevê o desenvolvimento de um sistema setorial que tenha integração com o cidadão e com as empresas prestadoras de serviços dentro de um único sistema da Agepan.

No projeto e-Transporte, o Novo Processo Organizacional está em fase de avaliação pela Diretoria, mas algumas melhorias já tiveram aprovação realizada e já foram lançadas nos sistemas ainda vigentes, como os Certificado de Regularidade Cadastral e Certificado de Vistoria disponibilizados 100% digitais para os operadores de transporte.

Fora do programa e-Agepan, o Escritório de Projetos vem desenvolvendo melhorias no sistema de Intranet da Agepan, que entraram no ar em outubro, e atendeu solicitações de melhorias e correções de bug nos sistemas vigentes.

Externamente, o Coordenador de TI e Gerente de Portfólio do Escritório de Projetos de TI, Márcio Rigues, foi convidado pela Secretaria de Governo – SEGOV para com-

por o Conselho do Escritório de Projetos da SEGOV. A primeira reunião foi realizada no período vespertino na SEGOV. O objetivo do Conselho é ajudar o Escritório de Projetos da Secretaria de Governo.

2 - Atividades de suporte técnico

As atividades realizadas no suporte técnico consistem nas seguintes tarefas: formatações de computadores, auxílio nas impressoras, instalações de programas em geral, acompanhamento com o pessoal de assistência técnica na Telefonia - DICOREL, técnicos em Impressoras - GIGANEWS, e atendimentos diários aos colaboradores da Agência (desde a instalação de programas a qualquer outro tipo de atendimento relacionado a computadores, impressoras ou até mesmo telefones). O analista de suporte da Agepan é o técnico Gabriel Santos. ■

Ser um herói está no seu sangue.

Seja um doador de medula óssea.



Cadastre-se como doador voluntário de medula óssea no hemocentro da sua cidade.



Abra as portas do seu coração.

Estou voltando!

Saneamento Básico CRES e CATESA

Nos dias 18 a 22 de setembro, em Florianópolis/SC, na sede da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, foi realizado o treinamento sobre a metodologia de certificação das informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Participaram do curso as servidoras Danielle Vendimiati, representando a Câmara Técnica de Saneamento - CATESA, e Nilda de Carvalho representando a Câmara de Regulação Econômica do Saneamento - CRES.

O Projeto Acertar, executado no âmbito do Programa

de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS, resultado de parceria entre o Ministério das Cidades e a Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR), tem como propósito aprimorar os processos de gestão de informações dos prestadores de serviços de saneamento.

O treinamento, ministrado por Deloitte Touche Tohmatsu, teve como objetivo capacitar as agências reguladoras no âmbito de suas competências, quanto ao controle da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, realizar uma avaliação independente sobre a confiabilidade e exatidão das informações prestadas ao SNIS, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade das informações, e romper obstáculos para o aprimoramento das mais diversas aplicações regulatórias. ■



Gás Canalizado, Energia e Aquário CATENE

A Agepan marcou presença no X Congresso Brasileiro de Regulação, com a apresentação de trabalho técnico pelo analista de regulação Paulo Patrício da Silva, engenheiro eletricista, Mestre em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, e coordenador da Câmara Técnica de Energia. Além do trabalho exposto, com o Diretor de Regulação e Fiscalização, Valter Almeida da Silva, o coordenador da CATENE acompanhou diversas atividades ao longo dos três dias de congresso, de 27 a 29 de setembro, em Florianópolis (SC).

O trabalho apresentado teve como tema **Análise do Impacto da Inserção de Micro e Minigeração Distribuída nas Perdas Técnicas em Alimentador de Média Tensão**, abordagem de um estudo, em regime permanente, dos impactos da inserção de micro e minigeração distribuída, possibilitada pela Resolução Normativa Aneel nº 482/2012, na rede primária de distribuição, em um deter-

minado período de tempo. Esse é um estudo em co-autoria com a UFMS, por meio dos professores Douglas Lima Ramiro, Jéferson Meneguim Ortega, Luigi Galotto Junior.

A apresentação aconteceu no segundo dia do Congresso, realizado pela Associação Brasileira de Agências de Regulação – ABAR, da qual a Agepan é associada. O evento contou com 117 palestrantes e moderadores; 123 trabalhos técnicos apresentados por 101 diferentes autores; 9 simpósios satélites e quase 800 congressistas. ■



Paulo Patrício, coordenador da CATENE, e Valter Almeida da Silva, diretor de regulação e fiscalização.



Turma de formandos do Curso Bombeiros Voluntários

Agente patrimonial realiza sonho de trabalhar com bombeiros

Colaborador da Agepan é um dos 91 bombeiros voluntários formados na primeira turma do projeto do Corpo de Bombeiros

Funcionário da Agepan há quinze anos, o agente patrimonial Agnaldo Arnaldo de Almeida vai dividir essa atividade profissional com a tarefa de bombeiro voluntário, prestando, mensalmente, ao menos seis horas de trabalho em ocorrências junto com as equipes do Corpo de Bombeiros Militar. Não é uma atividade remunerada, e sim uma prestação de serviço espontânea que ele e um grupo de outras 90 pessoas - homens e mulheres - se dispuseram a fazer. É a primeira turma de um projeto inédito.

“A expectativa é muito grande para começar a atender as ocorrências junto com os bombeiros, para colocar em prática tudo aquilo que eu aprendi no curso, e ainda pretendo aprender a cada dia”, diz o servidor. Ele conta que decidiu ser voluntário em função de uma vontade que sempre teve de prestar ajuda a outras pessoas, e pela admiração ao trabalho do Corpo de Bombeiros. “Agora surgiu essa oportunidade”, comemora.

No treinamento, já deu para experimentar essa realidade. “Hoje eu posso dizer que tenho a noção de como agir num caso, os materiais necessários para usar em cada situação. O restante a gente vai aprendendo na prática,



Agnaldo Arnaldo recebendo o certificado de conclusão do curso do Secretário de Justiça e Segurança, José Carlos Barbosa.

conforme for auxiliando”.

Além do auxílio ao Corpo de Bombeiros, esse é um aprendizado para a vida. “Hoje eu me considero muito mais preparado também como segurança patrimonial, hoje tenho mais conhecimentos, e no meu posto de serviço, se precisar, posso fazer um atendimento muito mais rápido e com técnicas adequadas”.

Por dentro da realidade dos Bombeiros

Agnaldo conta que já tinha noção de atividades de combate a incêndio e primeiros socorros, mas que o chamado APH – Atendimento Pré-hospitalar foi a grande novidade para ele. “Foi o aprendizado de que eu mais gostei. Foi recompensador o estágio que a gente fez na Unidade de Resgate, com a oportunidade de colocar em prática o que aprendemos na aula. Acompanhei o resgate de um motociclista que caiu depois de bater em um buraco, foi bem gratificante ajudar aquela pessoa a ficar bem”.

Se houve dificuldades para encaixar o treinamento na rotina? “O mais difícil foi quando tinha que sair do plantão na Agepan e ir direto para o curso, ficava um pouco cansativo. Mas no fim, valeu muito a pena”. ■